



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Taxa de trabalhadores locais contratados para desenvolvimento das obras públicas de Macau e respectiva fiscalização**

Segundo os dados estatísticos da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), entre Maio e Julho deste ano, a taxa de desemprego dos residentes foi de 5,4 por cento, isto é, mais 0,6 pontos percentuais relativamente ao trimestre anterior. A população desempregada cifrou-se em 15 600 pessoas, mais 1700 relativamente ao período transacto. A taxa de subemprego situou-se em 13,4 por cento, aliás, um aumento de 9,3 pontos percentuais. A população subempregada cifrou-se em 50 600 pessoas, com um aumento significativo de 34 900 em relação ao período transacto. De entre a população desempregada à procura de novo emprego, a sua maioria trabalhava, antigamente, no sector do jogo, sector de promotores de jogo e sector da construção civil<sup>[1]</sup>. Ora, a deterioração contínua do problema de emprego merece atenção.

Para promover a prioridade de contratação de trabalhadores locais, o Governo da RAEM acabou por incluir oficialmente, desde 2020, a “proporção de trabalhadores locais contratados” nos critérios de avaliação das propostas de candidatura às obras municipais, com vista a incentivar os concorrentes a contratarem mão-de-obra local<sup>[2]</sup>. Recentemente, o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) procedeu à abertura de concursos públicos respeitantes à optimização da passagem superior para peões junto do Bloco I do Edifício Lok Kuan de Seac Pai Van e das duas zonas de lazer junto



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

da Rotunda de Seac Pai Van e, como um dos critérios de avaliação das propostas, o número de trabalhadores locais contratados deve ascender a 15 por cento<sup>[3]</sup>.

É de sublinhar que existem em Macau muitos projectos de obras públicas, contudo, apenas nas obras municipais é aplicado o critério respeitante à “proporção dos trabalhadores locais contratados”. No tocante aos concursos abertos por serviços responsáveis pelas obras públicas, estes exigem apenas a inclusão, pelas entidades concorrentes, nos processos de concurso, da declaração de dar prioridade à contratação de trabalhadores locais, sem especificação da proporção concreta. É de realçar que o princípio central da política de emprego do Governo é assegurar a prioridade e a continuidade de emprego para os residentes locais. Porém, os serviços responsáveis pelas obras públicas, aliás, pelo desenvolvimento da maioria dos projectos de obras públicas, ainda não fixaram a “proporção de trabalhadores locais contratados”, o que torna difícil promover a prioridade e a continuidade do emprego para os residentes locais.

Interpelo, então, o Governo sobre o seguinte:

1. Na resposta dada no ano passado, referente a uma interpelação escrita apresentada por um Deputado, o Governo referiu que, caso os fiscais do IAM verificassem que o número de trabalhadores locais contratados fosse inferior ao declarado na proposta, haveria lugar a punição conforme o grau de diferença, ou a suspensão do convite para concorrer a obras municipais<sup>[4]</sup>. Desde 2020, passou a estar integrada, oficialmente, a “proporção de trabalhadores locais contratados” nos critérios de avaliação da proposta durante o lançamento dos



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

concursos públicos para obras municipais. Quantos trabalhadores locais foram contratados para desenvolvimento das obras municipais? Em relação à proporção de trabalhadores locais contratados, quantas obras municipais foram alvo de inspecção? Quais foram os dados em concreto? Até ao momento, detectou-se alguma situação de não correspondência à referida proporção? Em caso afirmativo, houve já lugar a punição?

2. Em resposta à pergunta sobre a “taxa de trabalhadores locais contratados”, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas indicou, no início deste ano, que era difícil recorrer à legislação para definir essa taxa, devido às diferenças entre obras públicas, ao nível de dimensão e natureza. Porém, foram já contratados trabalhadores locais para desenvolvimento de muitas obras<sup>[5]</sup>. É de notar que o IAM recorreu, já, à optimização do regime da abertura de concurso para assegurar a dita “proporção de trabalhadores locais contratados”. Actualmente, as taxas de desemprego e de subemprego dos residentes não param de subir, e muitos desempregados e subempregados provieram do sector da construção civil. Para fazer face à actual situação de emprego cada vez mais crítica, o Governo da RAEM deve, nesta fase, planear incluir a “proporção de trabalhadores locais contratados” nos critérios de avaliação das propostas respeitantes a todos os projectos de obras públicas, para assegurar, efectivamente, a prioridade e continuidade de emprego para os residentes locais. O Governo já o fez? Em caso afirmativo, o Governo tem algum calendário específico para a respectiva concretização? Se não, porquê?
3. No início deste ano, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais afirmou



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

que ia proporcionar aos trabalhadores locais cursos de formação profissional para que dominem os conhecimentos sobre estas novas técnicas de construção, a fim de actualizar e reforçar as suas técnicas profissionais e aumentar a sua competitividade no emprego<sup>[6]</sup>. Quais foram os resultados em concreto desse trabalho? Quantos trabalhadores locais foram formados? Ao fim da formação, quantas pessoas conseguiram a reconversão profissional e a oportunidade de trabalho?

09 de Setembro de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lei Leong Wong**

Fonte:

[1] “Inquérito ao emprego referente ao período de Maio a Julho de 2022”, Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, 26 de Agosto de 2022, <https://www.gov.mo/pt/noticias/630115/>

[2] “Resposta à interpelação escrita sobre medidas para apoiar o sector da construção” (Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, que passou já a Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana), Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2021-12/3942161a726736596d.pdf>

[3] “As instalações comunitárias em Seac Pai Van continuam a ser melhoradas”, Jornal “Ou Mun”, página A02, 8 de Setembro de 2022, <http://www.macaodaily.com/html/2022->



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

[09/08/content\\_1620127.htm](https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2021-05/711266093976c5b4fc.pdf)

[4] “Resposta à interpelação escrita sobre a salvaguarda do emprego dos residentes e recém-graduados” (Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais), Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2021-05/711266093976c5b4fc.pdf>

[5] “O Sr. Secretário afirmou: o concurso conjunto tornou-se numa tendência”, Jornal “Ou Mun”, página A04, 19 de Janeiro de 2022, [http://www.macaodaily.com/html/2022-01/19/content\\_1571548.htm](http://www.macaodaily.com/html/2022-01/19/content_1571548.htm)

[6] “Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais conseguiu com sucesso o emparelhamento profissional de 1043 trabalhadores da construção civil nos últimos doze meses, através da prestação de formação para alargar as suas perspectivas de emprego” Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, 24 de Janeiro de 2022, <https://www.gov.mo/pt/noticias/590707/>